



Telejornalismo e produção de conhecimento: a identidade juizforana ofertada pelo discurso dos noticiários locais¹

Jhonatan MATA²

Iluska COUTINHO³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo: Os dispositivos de enunciação midiáticos relacionam-se intrinsecamente com as representações sociais e a formação das identidades locais. No caso do telejornalismo local, objeto deste estudo, as notícias são vistas como acontecimentos que irrompem de um sistema e que dependem das evocações de memórias referentes à discursividade empregada em cada edição. Desse modo, pretende-se pensar o conhecimento produzido pelo telejornalismo e focalizar efeitos identitários construídos num complexo emaranhado de discursos, memórias e narrativas. A partir de textos de Michel de Certeau, Michel Foucault, Jacques Rancière, dentre outros autores, perceberemos que realidade e “modos de dizer” (designações de realidade) acabam, na maioria das vezes se confundindo. E estabelecem, ao longo dos noticiários, posições de sujeito que legitimam determinados discursos enquanto silenciam outros.

Palavras-chave: telejornalismo local; identidade; discurso

“O povo quer saber”. “A população clama por justiça”. “Fomos às ruas para saber a opinião das pessoas sobre o assunto”. Expressões deste tipo aparecem com regular frequência nos telenoticiários nacionais e locais, proferidas por repórteres e apresentadores. E fornecem-nos, numa constância semelhante, a controversa impressão de que a imprensa -ou a “mídia”- (outra expressão carregada de ambigüidades) constrói, com liberdade total de movimentos, seus sentidos e discursos, sobretudo quando insere “a voz do povo” na TV. O que nos dificulta perceber que, tanto os discursos quanto o povo, estão presentes de antemão na sociedade e são transformados em temáticas privilegiadas ou ocultadas no telejornalismo, num jogo de auto-legitimação que coloca o “saber” jornalístico em confronto com outros saberes, como o

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Mestrando em Comunicação do Programa de Pós Graduação em Comunicação-PPGCOM- da UFJF, na linha “Comunicação e Identidades”. Jornalista, graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq). Participa da pesquisa “TV e Imaginário urbano: A incorporação do público no Telejornalismo brasileiro” e do projeto de extensão em interface com a pesquisa “Educomunicação para a Cidadania: Processos de leitura crítica dos meios e construção Identitária”, com apoio da Fapemig. E-mail: jhonatanmata@yahoo.com.br

³ Professora e coordenadora do PPGCOM da Faculdade de Comunicação Social- Facom, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Jornalista, mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e Doutora em Comunicação Social (Umesp), com estágio doutoral na Columbia University (NY). Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq). E-mail: iluskac@uol.com.br



médico, o jurídico, dentre outros. A partir de leituras e discussões em sala de aula, sobre jornalismo e produção de conhecimento⁴, temos investigado como os recortes dos diferentes tipos de discurso, como o da ciência, da literatura, da religião e do jornalismo são distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente. E que são, paradoxalmente, classificados a partir de tipos institucionalizados, mantendo-se em complexas relações de poder. O conhecimento é visto neste contexto como instrumento de unidade e de diferenciação. Um grau de saber isola um nível social, ao mesmo tempo em que temos a ignorância associada à delinquência como causa desta, ou à massa como seu próprio indício. Tem-se aqui um leque de reflexões que serão aplicadas a nossos estudos que relacionam a participação popular (povo fala) nos telejornais locais - que tentam imprimir em suas produções, seus conhecimentos legitimadores de discursos.

De maneira geral, ao analisarmos a representação da identidade juizforana em nosso recorte empírico- as edições dos telejornais locais MGTV 1ª edição (afiliado Rede Globo) e Jornal da Alterosa Edição Regional (afiliado da TV Alterosa/BH, que é afiliada ao SBT), partimos de um questionamento constante e (des)norteador: *Como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?*

Trata-se de tentar compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de perceber as diferenças e semelhanças discursivas empregadas, num mesmo dia (26/10/09) pelas duas emissoras ao lançarem mão da representação do “universo popular” como estratégia de criação de vínculos ancorados em promessas discursivas⁵ estabelecidas com seus respectivos públicos ou audiências.

Neste trabalho analisamos o telejornalismo local como um modo de contar histórias que tenta estabelecer “realidades históricas” ancoradas em tipos intitucionalizados que serão expostos adiante. Para além de se detectar a existência de engodos, desvios, interesses econômicos, dentre outros, analisaremos os acontecimentos midiáticos, a partir de lógica distinta, focalizando a estrutura narrativa e a personificação das matérias selecionadas. Assim, perceberemos em que medida as duas

⁴ A temática nomeia a disciplina ministrada no segundo semestre de 2009, pelo professor Wedencley Alves. O docente é doutor em Linguística pela Unicamp e possui mestrado e graduação em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atua principalmente no campo de Mídia e Discurso.

⁵ A relação cultura-meios de comunicação faz com que, tanto a sociologia quanto os estudos de discurso migrem, em boa parte, para a análise da recepção, a partir da década de 90, destacando a relação contratual dos MCM com seu público. Essa fase de abertura é vista, por algumas abordagens, como a terceira fase da semiologia, onde se prioriza a polêmica e complexa relação texto-contexto e as diferentes modalidades de enunciação. Crucial apreender desta fase o estabelecimento da noção de “contrato discursivo”, que sugere o engajamento (ou não) de determinado público com os meios de comunicação, viabilizado por estratégias discursivas. Termo que ainda hoje gera polêmicas e redefinições que tentam tornar esse “entrosamento” algo menos normativo, como a de “promessas discursivas”.



edições convergem e/ou divergem seus discursos na seleção dos acontecimentos que “mereceram” virar notícia e daqueles que obtiveram “voz e vez” na tevê local neste dia.

Comunicação, telejornalismo e discurso

Um sujeito, ao falar de si mesmo e do mundo, disputa poder, controla espaço (s), tenta monopolizar a força referencial e a “verdade” daquilo que (a) enuncia. Para Michel Foucault, a aparição e mesmo a negação do direito de fala são procedimentos existentes nas sociedades- no caso de suas análises a ocidental- para controlar discursos. Em um dos tópicos mais discutidos de sua obra “A Ordem do Discurso”, o autor aponta severa crítica ao discurso verdadeiro, que ainda na Grécia do século VI era pronunciado por quem de direito fosse e conforme o ritual requerido. Diante deste, todos os demais discursos precisavam submeter-se.

Reflexão convergente se apresenta em “O Excesso das Palavras”, de Jacques Rancière. O autor vai além, ao problematizar, no papel do historiador (que em nosso trabalho se compara ao do jornalista) a dificuldade de se definir, num texto, aquilo que seja real e o que seja simbólico. E ressalta que a permissão de fala não deve ser confundida com sua legitimação, já que uma fala fora do lugar ou da verdade se anula.

É o caso de Percennius, personagem citado pelo autor em sua metaforização sobre a permissão de fala. Ele (o personagem) expõe de maneira ordenada e convincente as asperezas de sua vida humilde. E conclui sua fala reivindicando precisamente por salário e tempo de trabalho. Entretanto, o historiador não refuta ou comenta as razões de Percennius, não as declara verdadeiras nem falsas. Segundo Rancière,

Sua legitimidade não diz respeito a seu conteúdo, mas ao simples fato de que Percennius não está em posição de falante legítimo. Os afazeres de um homem de seu nível não são pensar e exprimir seu pensamento. E sua fala não é ordinariamente reproduzida senão nos gêneros “baixos” da sátira e da comédia. Está excluído que se veja nele, à maneira moderna, a representação sintomática de um movimento histórico que trabalha nas profundezas de uma sociedade. A fala do homem do povo é por definição sem profundidade” (RANCIÈRE, 1994, p.35)

Essa luta por uma “verdade”, ainda que discursiva, sofre deslocamentos e passeia pelos séculos, indo da filosofia grega à ciência na idade moderna. E segue adiante, imprimindo “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2007, p.18) na literatura, no cinema e no telejornalismo atuais.



A título de rápida exemplificação, temos na literatura a proliferação das publicações definidas como “auto-ajuda”⁶, produzidas, na concepção de Maria do Rosário Gregolin (2007, p.21) como “drogas” para suportar o mal-estar discursivo contemporâneo, proveniente da tensão entre uma desestabilização acelerada e a persistência da referência identitária.

No cinema, pululam discursos de valorização do real, através de documentários e películas baseadas em histórias reais⁷. Fato que não chega a ser recente, tendo-se em vista que a história inicial do cinema se confunde com a própria vontade de trazer para a tela a realidade “crua”. Interessante é notar que, mesmo com a tomada de consciência da existência de técnicas na produção de filmes, com a incorporação de diferentes linguagens e gêneros, ainda permanece vigorosa esta vontade de verdade, na busca pela identificação com vidas e histórias tão palpáveis quanto as nossas.

Convém lembrar também da dimensão um tanto “mítica” conferida ao diretor⁸ do filme, que por meio de suas técnicas e escolhas discursivas cria sua marca - rótulo, que, por sua vez, gera expectativas discursivas nos espectadores. A relação entre o discurso e seu autor é vista por Foucault com cautela. Sem negar a existência do criador do discurso, o pesquisador atenta para o fato de o discurso ser constantemente atravessado por outros. Assim sendo, deve-se limitar o discurso ao que ele carrega em si do perfil de seu ator.

Embora os questionamentos de Foucault e de outros estudiosos que trabalham ou influenciam a análise de discurso, com Bakhtin e Lacan, não se concentrem especificamente nos elementos midiáticos, a riqueza filosófica que produziram, além da abrangência temática são perfeitamente aplicáveis a diversas áreas de conhecimento. Conforme perceberemos adiante, os estudos de comunicação são exemplos dessa aplicabilidade multifacetada da AD. Numa problematização permanente e atual da temática, o discurso torna-se, na comunicação, lugar de enfrentamentos teórico-

⁶ No Brasil, a publicação de obras do gênero teve um crescimento de mais de 700% nos últimos oito anos, contra um aumento de 35% do mercado de livros como um todo. Os títulos A Lei da Atração, de Michael Loster, Por que os Homens Fazem Sexo e as Mulheres Fazem Amor?, de Allan Pease e Quem Mexeu no meu Queijo?, de Spencer Johnson, estão na lista dos mais vendidos no país.

⁷ O documentário Edifício Master (Videofilmes, 2002), e os filmes baseados em fatos reais: Última parada 174, (Paramount, 2008) de Bruno Barreto – que aborda as últimas horas da vida de Sandro do Nascimento, 22 anos, o “seqüestrador do ônibus 174”, além de Jean Charles (Imagem Filmes 2009), dirigido por Henrique Goldman são exemplos.

⁸ Temos diversas assinaturas discursivas, como as de Fernando Meireles e sua edição acelerada e que privilegia panorâmicas, Quentin Tarantino e a influência da cultura pop, Pedro Almodóvar e suas cores berrantes, figurinos extravagantes, personagens caricatos, situações delirantes e exageradas.



metodológicos. Lugar onde verdade e mentira são cada vez mais observadas como uma invenção historicamente constituída.

Campo solidamente em atividade no Brasil, a AD toma cada vez mais a mídia como objeto de investigação. O panorama inclui propostas complementares, que têm na produção social de sentidos a sua riqueza. Para Maria do Rosário Gregolin (2007, p14), o que caracteriza essas abordagens é, “principalmente, o fato de os pesquisadores colocarem-se como tarefa a problematização permanente das suas bases epistemológicas”, encarando o discurso como lugar de enfrentamento de teorias e de metodologias.

A idéia de “agenciamento discursivo”, que tenta, por meio do controle e distribuição do discurso criar uma ilusão de “unidade do sentido”, torna-se algo evidente na mídia, inclusive por parte da recepção. Diferentes recortes de realidade são ofertados ao leitor/espectador/telespectador/consumidor dos produtos midiáticos. Mediação que permite a produção de formas simbólicas de representação do indivíduo com sua “realidade concreta”. Representações e narrativas dotadas de “materialidade repetível” (FOUCAULT, 2004 p.121-122) e que oferecem uma “história do presente” dia após dia, por meio de textos verbais e não-verbais de jornais, revistas, internet e, no caso do Brasil, principalmente pela TV.

Por meio de ressignificação de imagens e palavras enraizadas no passado, lembramos e esquecemos símbolos e representações, num constante movimento interpretativo e de sentidos. O que são as comunidades, as nações, senão discursos que transcendem territórios e etnias e dependem cada vez mais do espaço de convivência e da narrativa compartilhada possibilitados pelos MCM? O que é ser brasileiro para além do samba no pé, do jeitinho, do futebol? A porção de brasileiros que constituem seu discurso de brasilidade sem “travar contato” com a mídia, beira o zero estatístico, tendo-se em vista que 97% da população tem acesso a algum meio de comunicação.

Nesta ótica em que os sujeitos são sociais e os sentidos são históricos, os discursos lançam-se em verdadeiras batalhas encabeçadas pela “vontade de verdade”. Foucault (1978) vê nesta movimentação uma “microfísica do poder”. Basicamente, temos no campo social uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades, que, por dependerem da história, sofrem da instabilidade e da “permanente necessidade de modificação”. Conceitos como verdade, neutralidade discursiva e objetividade tornam-se relatividades estabelecidas pelos jogos desses micropoderes, também no campo da comunicação.



É o que perceberemos em seguida, em análise sobre a identidade juizforana e em nosso recorte sobre o telejornalismo local. Cumpre-nos mostrar, nesse tipo de produção, a importância do discurso jornalístico – que transita numa região de intersecção dos saberes religioso, científico e estético - para compreendermos a circulação e profusão de textos e imagens atuando como campo de saber, dispositivo de rotulagem e disciplinamento do corpo social.

Telejornalismo e identidade local - a dramaturgia do telejornalismo

Em Juiz de Fora, recursos de aproximação afiliadas/população local por meio da representação de uma identidade local são utilizadas com frequência, além do uso da tradição convertido em estratégias comerciais. Como exemplo de discurso empregado neste sentido, temos o caso da TV Panorama, afiliada da Rede Globo. Em 1998, quando a Rede Globo Juiz de Fora passa a se chamar TV Panorama - seguindo uma tentativa de resgate do local para enfrentar a globalização e atrair novos mercados publicitários-foi criado um departamento de marketing que se incumbiu, num primeiro momento, de atender à população que a Rede Globo não estava “indo embora” da cidade.

Já no caso da TV Alterosa-JF, os slogans idealizados pelo departamento de comunicação da emissora de Belo Horizonte tentam reforçar o vínculo com o telespectador, enfatizando a mineiridade e a valorização do público. Até hoje foram criados três slogans: “Na nossa frente só você” - remetendo ao telespectador, que estaria, nesse contexto, à frente (ou defronte) a TV, em posição de destaque; “Muito mais Minas”, numa alusão a Minas Gerais ou “Alterosas”. O atual slogan, definido por auxílio do público por meio de campanha de votação por internet/telefone é “A TV que o mineiro vê”. Nos dois últimos slogans, temos a questão da afirmação da tradicionalidade mineira. Algo complexo em se tratando de Juiz de Fora, em virtude das influências cariocas e da própria singularidade da formação do espaço urbano e povoação do município.

A realidade “socialmente construída” pelos telejornais locais varia, conforme perceberemos adiante, de acordo com a linguagem empregada, a tematização dos problemas na agenda pública. E se reforça na tipificação de personagens que compõem as matérias e por meio da cambiante relação discursiva que as emissoras tentam manter com seu público ao longo de cada edição.



Tais recursos discursivos estabelecem diálogo fértil com a proposta de dramaturgia do Telejornalismo, de Coutinho (2003). A existência desta dramaturgia abriga, para a pesquisadora, uma estrutura narrativa característica do drama nas notícias televisivas e seria favorecida por uma tendência intrínseca ao veículo, à sua forma de ordenamento das informações: a serialidade. Tais fatores permitem observar que

As fronteiras, tênues, entre telejornalismo e show pareçam cada vez mais próximas, em uma aproximação acelerada, quase sempre pelo ritmo do Ibope, ou ainda, pela exigência de atração do telespectador. E, nas edições dos telejornais transmitidas em rede, tecnologia e tradição são convertidas em estratégias comerciais, ou editoriais, para permanecer no campo do “jornalismo” (COUTINHO, 2003, p.7)

De acordo com Coutinho (2003), existe, nesse contexto, um telejornalismo baseado na estruturação de notícias e reportagens através de uma narrativa dramática, tanto em nível local quanto nacional. As ações se desenrolam na medida em que nos são dados a conhecer os personagens e ainda outros elementos daquela estória, tais como cenário, contextos, referências temporais.

Essa distribuição de “papéis” e conseqüente categorização de personagens em vilões, mocinhos e heróis estereotipados - freqüentes em obras ficcionais - se manifesta numa apropriação do drama também por parte do modelo hegemônico de telejornalismo no país e nos noticiários regionais.

Tal “dança” de símbolos longe de afetar exclusivamente os telejornais locais, seus editores e sua equipe, interfere na própria constituição fluída da identidade pós-moderna. Esta é vista por Stuart Hall (2004) num panorama que sugere o declínio de velhas identidades e a fragmentação do indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado, tanto na concepção iluminista quanto na sociológica. Diferentemente do sujeito racional e centrado no “eu” do iluminismo e do sujeito sociológico clássico, produzido a partir da interação com o mundo social, o sujeito pós-moderno, tem identidade(s) fluída(s), muitas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Ou conforme define Stuart Hall:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. (HALL, 2004, p. 13).



As narrativas e versões sobre um povo e suas origens tornam-se cruciais no momento de formulação de uma *nationhood*, ou nação imaginada. Estas explicam, por exemplo, o fato de histórias sobre o Velho Testamento (envolvendo narrativas que incluem os discursos do sofrimento babilônico, do grande êxodo, da terra prometida) encontrarem mais simpatia entre os negros do Novo Mundo, pelo discurso libertário. A identificação, nesse caso, torna-se mais potente que outros discursos, como o da estória do Natal. Essas metáforas, segundo Hall, funcionam como um mito fundador, que reorganiza a controversa concepção de “tribo”, através da identificação associativa.

O autor alerta, entretanto, para o perigo da interpretação literal das metáforas, transformando os mitos em geradores de conflitos modernos. As apropriações excessivamente “fechadas” dos conceitos de pátria e identidade cultural/local resultam em diversas lutas (por vezes sangrentas) entre os povos, como a que ocorre entre judeus e palestinos. Não existem rotas puras de formação de povos. As origens são bem mais híbridas do que convencionalmente categorizamos. A própria associação entre a África e o tráfico de escravos é crucial para entendermos a questão da diáspora: a escravidão mascara e tenta delimitar nesse ponto de origem comum, nessa “generalização da negritude”(grifo meu) uma variedade imensa de povos, tribos, culturas e línguas- além de um sincretismo total.

De modo semelhante, não é novidade que a caracterização dos “populares” pela mídia local e nacional por diversas vezes se engessa nos estereótipos da insegurança, do crime, dos problemas urbanos, da luta pela manutenção de necessidades básicas. Isso quando não apela para um falso-ingênuo “provincianismo jocoso e caricato da periferia” colocado em contraste com um discurso *high-tech* da região central. Ou, nas palavras das pesquisadoras Cláudia Lahni e Christina Musse ao analisar a participação popular nos noticiários de massa no Brasil, apresentam as pessoas das classes populares “como personagens exóticas ou atrasadas” (2007, p.126).

Na contramão da rotulagem identitária, na pós-modernidade o sentimento de pertença, seja ele a um país, uma cidade, a determinado bairro e, por que não incluir - a este ou aquele telejornal local - pode ser experimentado de diferentes formas, sob a ótica da diferença, de uma rede de significados móveis, mesmo por povos que possuem uma origem comum. Há sempre a permissão para o “deslize” do significado, “sempre existe algo no meio” (HALL,2003, p27) na semiose aberta da cultura. Esse hibridismo acaba por trabalhar o outro e a diferença como conceitos menos herméticos e não excludentes ou antagônicos.



Hall caracteriza essas fronteiras posicionais como responsáveis pela criação de *lugares de passagem*, relacionais, que não são mais aquele lugar histórico, preso ao passado e às origens míticas.

O hibridismo nasce de diferentes re-arranjos, o que não significa que haja igualdade de valores. Conforme já elucidado, ainda permanecem os jogos de poder. Nesse sentido, a globalização não pode ser desvinculada do capitalismo, ao passo que as culturas locais e de bairros sempre se recusam a serem encurraladas dentro dessas fronteiras nacionalistas/globais.

A idéia de um “centro fixo” de elaboração identitária, perde, assim, sua força diante da modernidade. Em Juiz de Fora, “cidade-recorte” privilegiada em nosso estudo, o direito à cidade também é permeado por tais jogos de poder e negociações identitárias, desde sua formação⁹ até à atualidade.

Conservadorismo e progresso marcam a identidade de Juiz de Fora. O município, considerado de porte médio, caminha para seus 160 anos e tem população estimada de pouco mais de 500 mil habitantes. É importante salientar sua função de principal cidade da Zona da Mata mineira e sua posição de pólo regional que presta serviços no comércio, saúde e educação a habitantes de vários municípios, extrapolando, inclusive, fronteiras estaduais. Por outro lado, a cidade encontra-se tensionada entre as três maiores capitais brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Nesse contexto paradoxal, o que seria e a quem pertenceria Juiz de Fora? Por um lado, existe a cidade como uma “zona de glamour urbano” (GIDDENS,2004 p572)- um circuito de bons restaurantes e hotéis, edifícios de escritórios, (alguns inclusive cobertos por painéis de artistas como Cândido Portinari), condomínios residenciais, shoppings, teatros e centros culturais, como o Cine Theatro Central e o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas. Nos dois últimos há, frequentemente, por parte da mídia local, um discurso cosmopolita da cidade, que recebe nestes ambientes personalidades de renome nacional e até internacional com a valorização do local, daquilo que poderia ser

⁹ Jornalista, professora e pesquisadora das confluências entre Comunicação, Identidade, Memória e Imaginário urbano, Christina Musse caracteriza Juiz de Fora como um caso particular de cidade mineira, principalmente por seu processo de povoação. Ela explica, em sua tese de doutorado (2006), que a cidade não “viveu” com intensidade o ciclo do ouro. Com isso, se afastou daquilo que se convencionou chamar de discurso da “mineiridade”, que forja a sua narrativa nos setecentos e oitocentos. O desenvolvimento se fundamenta no mito (ainda sem consenso) dos imigrantes empreendedores e na realidade de sua efetiva identidade industrial, moderna e febril no início do século XX e em declínio a partir de 1930, que rendeu ao município a designação de Manchester mineira, em comparação com a cidade inglesa.



caracterizado como “prata da casa”, os artistas, personagens e personalidades regionais (sempre valorizados pelo reconhecimento nacional que obtiveram).

Os exemplos mais recentes de valorização de artistas locais podem ser observados com a projeção midiática da cantora juizforana Josiane Oliveira, em função de sua participação no *reality show* da Rede Globo, Big Brother Brasil 9 e da cantora Mylena, que ganhou projeção nacional depois de aparecer no quadro “Garagem do Faustão”, que lhe rendeu inserção de canções nas novelas globais “Caras e Bocas”, “Malhação” e o tema de abertura da atual novela das sete “Tempos Modernos”. Temos também a participação de duas modelos juizforanas, Bruna Siqueira e Fernanda Moraes no quadro “Garota Fantástica” do Fantástico, Rede Globo. O concurso visa eleger a top model mais profissional e bela do país.

Na Juiz de Fora de hoje, verificamos um domínio de estabelecimentos comerciais nas três principais vias da cidade, que também são as mais antigas: a Avenida Rio Branco, a Avenida Independência e a Avenida Getúlio Vargas. Bairros periféricos como Aeroporto e São Pedro abrigam construções luxuosas, refúgio dos cidadãos de classe média alta e alta.

Contrapondo-se ao “glamour urbano da atual Manchester Mineira” temos uma outra população de “utilizadores da cidade” que cresce nas periferias (tanto territoriais quanto econômicas), cujas reivindicações à cidade são também legítimas, mas muitas vezes muito menos bem vindas.

Essa indefinição entre o cosmopolitismo e o provincianismo de Juiz de Fora torna ao mesmo tempo difícil e primordial a atribuição de uma identificação coletiva ao telejornalismo local. Nesse sentido, o passado, para ser “vendido como discurso”, pode ser projetado no presente como o “paraíso perdido”, instrumento de re-ativação de costumes e reinvenção de tradições. Passado mitificado, idealizado, num tempo que não é repetido (embora alguns discursos o pretendam), mas reinventado, ressignificado.

A luta por uma re-descoberta de identidades juizforanas se reflete no telejornalismo e em sua audiência (ou na audiência que os jornalistas presumem¹⁰). Isso é percebido ao observarmos a tradição da mídia local de resgate de ordem, de desvelamento e demarcação dos problemas e “territórios” urbanos, seguindo uma

¹⁰ A hipótese de Audiência Presumida, na concepção do professor e pesquisador na Graduação e na Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, Alfredo Vizeu, pode ser anunciada como a construção antecipada da audiência a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos. Esse trabalho resultaria, nesse contexto, na notícia.



tendência nacional, tendo-se na “voz do povo”, a materialização das angústias cotidianas.

Telejornalismo e saber: por um sentido doutrinal de povo

“Eles reclamam que a situação é comum no local”. A expressão da jornalista aparece em matéria sobre alagamento de ruas com as chuvas em Juiz de Fora, que abre o Telejornal da Alterosa Edição Regional, de 26/01/10. Nesta, a repórter fornece indícios que, para além da notícia destacada, subsidiam características “persennianas” do próprio “agenciamento discursivo” realizado pelos telejornais locais ao incorporarem a população em suas produções¹¹. Antes da matéria completa, a apresentadora anuncia na escalada do telejornal, que “chuvas continuam trazendo problemas em Juiz de Fora”. A chamada se completa com uma moradora do bairro, sentenciando, indignada, que “Toda vez que chove a rua enche desse jeito”.

Num próximo momento (o da matéria completa) a fala da moradora, na condição de “povo fala” é a seguinte: “Tem 25 anos que moro aqui e em 25 é essa *agonia*. Toda vez que chove a rua enche desse jeito”. Ela tem seu discurso interrompido (com o corte de áudio), embora sua imagem permaneça em vídeo. A força da palavra “agonia” sob a forma de “materialidade repetível” (Foucault, 2004, p. 121) trans-portada para o acontecimento jornalístico e aliada, posteriormente às imagens de mais moradores limpando a lama nas ruas do Bairro Monte Castelo, Zona Norte da cidade nos dão a dimensão dos efeitos discursivos pretendidos com este tipo de produção .

Na matéria do segundo bloco, inserida no quadro “Blitz da Saúde”, a apresentadora em estúdio anuncia: “Enfrentar um problema nas mãos e sem dor. Este é o *sonho* de pacientes que sofrem com doenças *graves e que incomodam*. No VT, o repórter apresenta a entrevistada Neuza Barros, que, segundo ele “Já fez todo o tipo de tratamento para diminuir a dor”. A operadora de telemarketing Neuza fala sobre seu problema, a Síndrome do Túnel do Carpo, que segundo ela, “é consequência do meu trabalho(...)sinto muita dor”.

Alguns apontamentos de Michel de Certeau sobre a prática e o saber nos são úteis para entender essa incorporação. De acordo com o autor, considerar o conhecimento como elemento de diferenciação ou unidade não chega a ser algo novo.

¹¹ Para mais detalhamentos sobre esta macropesquisa e seus desdobramentos, consultar a monografia “A voz do povo é a voz de Deus? Participação popular no telejornalismo local”, MATA, Jhonatan, 2009.



Importante é apreender que determinadas doutrinas “constituem o meio de colocar as divisões sociais, ou de as manter, ou de as trocar” (CERTEAU, 2000, p.37).

O sentido doutrinal (CERTEAU, 2000, p.38), que seria a exploração que determinada sociedade faz sobre seus saberes passados para efetuar cortes entre seus diversos grupamentos no presente também aparece em nosso segundo recorte, o Telejornal MGTV, 1ª Edição de 26/01/10.

Neste, a matéria que abre a edição é anunciada pelo âncora em estúdio da seguinte maneira : “*Confusão* ontem à noite no Bairro Mariano Procópio. Um homem foi preso após roubar um posto de gasolina.” A polícia militar aparece como elemento restabeledor da ordem, “exterminando a confusão”, prendendo o homem, apreendendo o revólver que estava em sua posse e o levando para a viatura.

A polícia militar figura ainda, nas duas edições-recorte (Jornal Alterosa e MGTV), em outros momentos- recuperando cargas roubadas de nióbio e realizando operação de trânsito “Férias Seguras” nas rodovias estaduais, com o objetivo de garantir a segurança de quem vai pegar as estradas no período.

O discurso sobre a polícia mineira e sua função de mantenedora da ordem social, da integridade da tradição e da mineiridade é, inclusive, algo que extrapola- e muito- o discurso que dela se faz nos telejornais locais. A idéia de povo como multidão de garras à mostra, que precisa de controle, de constante vigilância por parte dos Aparelhos Repressores (AR) - nesta situação a polícia- ganha forma e se re-estabelece.

A segunda matéria traz os problemas causados pela chuva como temática, mostrando, com assinatura discursiva muito semelhante à edição do Jornal da Alterosa sobre o assunto, imagens de alagamentos em diversos bairros da cidade. Um automóvel fica parado no meio de uma rua, por causa da água. O entrevistado, dentro do carro, explica; “ Ta ligando não. Apagou”.

Imagens de moradores com vassouras tomando as ruas do bairro Carlos Chagas e limpando a lama também aparecem no vídeo. Em seguida, uma moradora reclama; “Quando chove vem água lá do Caiçaras, São Pedro. Aí enche mesmo, dá barro, entra pra dentro das casas aí”. Outro morador anuncia “Quando chove sempre enche tudo”. No bairro Monte Castelo, a repórter explica que “(...)A rua virou um rio. Cenas que segundo eles (os moradores) são rotina toda vez que chove na cidade. A moradora do bairro, a aposentada Maria Stela Spinelli confirma a situação, declarando, emblematicamente que “É triste a gente viver dentro da lama”. Outra moradora, a aposentada Maria Tereza Oliveira adverte: “O IPTU já aumentou. E a gente perdeu o



desconto de 20% para quem pagasse à vista. Agora, perde o desconto aumenta. Tem 25 anos que moro aqui. Na minha casa entrou água. Toda vez que chove é essa *agonia*, ninguém toma providência”.

Dando seqüência ao noticiário, o MGTV, em matéria sobre saúde, aborda os transtornos causados pelos pernilongos no verão. A população da cidade é inserida nesta narrativa, e, conforme adianta o âncora “ cada um desenvolve uma maneira de se livrar do inseto, que pode transmitir doenças”.

O repórter inicia a matéria com imagens da dona de casa Janete Delfino, que aparece matando os pernilongos com as mãos e, paradoxalmente, sorrindo nesta ação. O jornalista explica; “No teto, atrás das cortinas, no sofá. Na casa de Janete os pernilongos estão por toda a parte” ‘A dona e casa já não sabe mais o que fazer pra ficar livre dos insetos”. A entrevistada, que se queixa dos maus resultados com utilização de repelentes e citronela e usa um cortinado mostra as picadas do inseto na filha de dois anos e reforça; “ Ele pica e as marcas se espalham pelo corpo todo.E ficam marcas.Como se fosse catapora”. O pesquisador, Bruno Guedes na função de especialista, dá dicas para combater o inseto, como evitar água parada, usar mosquiteiros, raquetes, dentre outros.

Na matéria seguinte, as causas da intoxicação alimentar viram pauta. O personagem aqui é, na voz do repórter, o “pequeno Luiz Otávio, de um ano e oito meses,que passou mal e foi parar no médico. Ele está com intoxicação alimentar”. A mãe do garoto, Ana Paula Leopoldina completa que “ Eu deixo de molho (as frutas que oferece ao garoto). Mas aconteceu isso”. O especialista, médico pediatra Antônio Aguiar, aparece falando sobre a importância da utilização do soro caseiro e ensina a preparar o remédio. Num supermercado, outra especialista-nutricionista dá dicas à população sobre os cuidados na hora da compra de alimentos, sobretudo congelados.

As matérias que encerram o telejornal tratam sobre aplicação de adesivos nas paredes de casas e também os problemas causados pelas manchas nas roupas.O apresentador anuncia que “O MGTV vai dar uma ajuda àquelas mães e donas de casa que ficam *desesperadas* com a possibilidade de perder aquela roupa de que tanto cuidam”. Uma especialista em remoção de manchas de roupa profere seu discurso e repassa seus saberes aos “cidadãos comuns”.

Considerações finais

Para Jaques Rancière, ao analisar o desvio das palavras em relação às coisas, ou, mais exatamente, das nomeações às classificações, “as classes que se nomeiam e são



nomeadas não são nunca o que as classes, cientificamente entendidas devem ser: conjuntos de indivíduos aos quais é possível atribuir rigorosamente um número finito de propriedades comuns” (1994, p.43).

Neste recorte sobre o telejornalismo local, é primordial apreender a aproximação entre os dois noticiários no momento em que tentam estabelecer um determinado discurso sobre a população na TV, nomeá-la. A narrativa audiovisual se estabelece numa figura de “povo”, como aquele que reclama, que sofre com as mazelas inevitáveis, que precisa ser controlado pelo poder: dos outros discursos, no sentido “figurado” e da própria polícia e dos “especialistas” no sentido “real”.

As matérias sobre os transtornos causados pelas chuvas na região são emblemáticas neste sentido, de tipificação da população. “Povo” que, ao falar, tem neste ato um acontecimento em si - tão ou mais importante quanto aquilo que é noticiado.

A idéia de que “as coisas são assim por que sempre foram assim”, de que o sofrimento é inerente às massas, se materializa nas vozes dos povos-fala que, embora mudem de nome, de faces, de profissões, têm roteiros de discurso bem demarcados e alicerçados no drama. E acabam, neste contexto, sucumbindo ao excesso das palavras, falando fora do lugar e da verdade.

Não queremos, entretanto, negar a existência de tais mazelas. A chuva, os pernalongos, a intoxicação alimentar, antes de figurarem como antagonistas nos telejornais, nos gritam diariamente na vida dita “real”.

Importa perceber que, tal qual Percennius, o povo às vezes não tem o que falar. E, tal qual Tácito, os telejornais o fazem falar. E tal fala é, ancorada nas asperezas do cotidiano, ordenada, precisa, convincente. E ao mesmo tempo perde legitimidade quando deixa escapar que não é Percennius que fala, mas Tácito que lhe empresta sua língua, pedaços de retórica. Fato que nos intriga e estimula nossas pesquisas em telejornalismo, no sentido de retornar ao mercado outras possibilidades de representação do outro. Cenário onde riso ou sofrimento, embora recortes de realidade, não atuem em favor de uma “situação comum no local”, desqualificação prévia do discurso.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: a estrutura narrativa das notícias em TV. Tese de doutorado em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2003.



DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2004

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 14 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a reprodução de identidades?**. In: Comunicação, Mídia e Consumo/ Escola Superior de Propaganda e Marketing. v.4, n. 11 (novembro 2007)- São Paulo: ESPM, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora:Identidades e mediações culturais**. Org. Liiv Sovik. Trad. Adelaine la Guardia Resende et al. Bbelo Horizonte:Ed. UFMG: Brasília:Representação da UNESCO no Brasil, 2003, 434 p

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LAHNI, Cláudia Regina e Musse, Christina in COUTINHO, Iluska et al. **Comunicação:Tecnologia e Identidade**.Rio de Janeiro:Mauad X, 2007.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano:exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro:UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

RANCIÈRE, Jaques. **Os nomes da história**: Ensaio de Poética do saber. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

VIZEU, Alfredo Eurico. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis:Calandra, 2005